

O TEXTO E O PROFESSOR DE PORTUGUÊS

*Aloísio de Medeiros Dantas**

RESUMO

O artigo em questão discute o texto sob três perspectivas: a cognitiva, a interacional e a discursiva. Argumenta que cada uma dessas abordagens contribui para o professor de português: com os objetivos da aula, na relação professor-aluno e na constituição crítica do processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: texto; discurso; Análise do Discurso.

ABSTRACT

In the discussion of language, the term text unnecessarily complex. The chief difficulty is the relation among the Portuguese teacher and discourse use. Two things may be observed: the superficial knowledge of classrooms and inquiry of discourse analysis.

Key Words: discourse; text; Discourse Analysis.

INTRODUÇÃO

De repente, nas escolas brasileiras, surgiu a preocupação de que um bom ensino de língua portuguesa deveria passar por uma metodologia que envolvesse o estudo de texto, não como pretexto para lições de gramática, mas em sua própria natureza, o que traria contribuições para o ensino da escrita e da leitura. Não discordamos dessa posição, apenas vemos com desconfiança as diferentes concepções de texto que invadiram esse ensino, quando não a falta de

* Professor de Língua Portuguesa e de Lingüística do Departamento de Letras da Universidade Federal de Campina Grande.

concepção. Se você precisa ensinar as classes de palavras, frases, concordância, regência, dá-lhe textos; ou seja, as teorias chegam deturpadas às escolas e estas repetem o que os teóricos condenam: o texto como pretexto! As causas podem ser o desinteresse do professor, a pressa do livro didático, as condições econômicas da escola, no entanto a leitura e a escrita ficam prejudicadas com essa fachada, que diz usamos textos, usamos metodologias modernas, trabalhamos as novas concepções da linguagem e realiza uma prática de reencontrar no texto o que está fora dele, seja a estrutura lingüística, seja o conjunto de valores predeterminados pelo professor. Defendemos que, muito mais do que apregoar o trabalho com textos, devemos primeiro refletir sobre que concepção de texto devemos trazer para a escola e, conseqüentemente, pensar uma maneira de estudar o texto na escola. Uma primeira dica nos dá Geraldí (2000, p.22):

“duas possibilidades de análise de textos são possíveis e os dois caminhos poderiam ser percorridos: um mais estritamente lingüístico, olhando para o produto verbal e sua seqüenciação, analisando-o sob a perspectiva da textualidade; outro menos estritamente lingüístico, procurando centrar as observações na relação entre o lingüístico e suas condições de emergência.”

As concepções de texto apresentadas neste trabalho envolvem tanto os elementos lingüísticos, considerados sob uma ótica da textualidade, como os elementos, não necessariamente lingüísticos, transformados em condições para o surgimento de textos. Exemplificando brevemente essas duas situações temos o termo “cachorro”, que não será considerado como substantivo, mas poderá ser entendido como um aviso (um tipo de texto), desde que satisfaça certas condições não-lingüísticas, como escrito numa placa, preso a um portão, etc., o que são condições que fazem surgir esse texto e assim deverá ser entendido: aviso que naquela determinada casa existe um cachorro, que afasta os invasores. Apresentaremos neste trabalho três concepções de texto: texto como processamento sócio-cognitivo, texto como interação social e texto como formulação de sentidos.

2. TEXTO COMO PROCESSAMENTO SÓCIO-COGNITIVO

A apresentação dessa concepção de texto é um resumo parafrástico do que encontramos no livro de Ingedore Koch, referido abaixo e na bibliografia, ao qual remetemos os leitores para um maior aprofundamento.

Segundo KOCH (1997), o texto deixa de ser visto como uma estrutura acabada (produto) e é abordado em seu processo de planejamento, verbalização e construção. O texto é uma atividade comunicativa, que abrange processos, operações e estratégias situadas na mente humana, postos em ação em situações concretas de interação social. A autora defende, portanto, as seguintes posições:

- a) texto é uma atividade verbal, com fins sociais e inserida em contextos mais amplos de atividades;
- b) é uma atividade consciente e criativa (atividade intencional do falante), que envolve estratégias e escolha de meios de realização dos objetivos;
- c) é uma atividade interacional, em que os interactantes se acham envolvidos na produção textual.

Do que foi exposto, pode-se definir texto como uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

A informação semântica contida no texto se distribui em dois grandes blocos: o dado (informações do plano consciente e do já sabido) e o novo (novas informações), cuja disposição e dosagem influenciam na construção do sentido. A informação dada tem como função estabelecer os pontos de ancoragem para o aporte da informação nova. Essa retomada da informação dada no texto se dá por meio de: remissão ou referência textual, quando o locutor constrói cadeias coesivas com a anáfora (uso de pronomes, artigos etc.) ou de

anáfora semântica (anáfora profunda): a referência não se faz a referentes textualmente expressos, mas a “conteúdos de consciência”, a referentes estocados na memória dos interlocutores, que, a partir de “pistas” encontradas na superfície textual, são (re)ativados, via inferência¹. A soma da informação dada e da informação nova produz as seguintes relações de sentido: segmentos textuais de extensões variadas; segmentos textuais e conhecimentos prévios; segmentos textuais e conhecimentos e/ou práticas socioculturalmente partilhados. Tanto para a remissão quanto para a progressão textual, a língua dispõe de recursos expressivos conhecidos como coesão textual.

As relações entre os segmentos textuais estabelecem-se em vários níveis:

- 1 – no interior do enunciado, através da articulação tema (informação dada)-rema (informação nova);
- 2 – entre orações de um mesmo período ou entre períodos no interior de um parágrafo, por meio de conectores interfrásticos;
- 3 – entre parágrafos, seqüências ou partes inteiras do texto, por meio de “articuladores textuais” ou por mera justaposição.

O texto se relaciona a outros conhecimentos também através de intertextualidade, situação comunicativa e contexto sociocultural.

Um texto é texto quando os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação lingüística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido. Desse modo, defende-se o postulado básico de que *o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele*, no curso de uma interação; não existe o sentido, mas um sentido. Daí se depreende a coerência do texto, que, ancorada numa situação concreta de atividade verbal, vai levar os parceiros da comunicação a identificar um texto como um texto. Do que foi exposto, podemos afirmar que o texto é considerado como um conjunto de pistas, representadas por elementos lingüísticos de diversas ordens, selecionados e dispo-

tos de acordo com as virtualidades que cada língua põe à disposição dos falantes, no curso de uma atividade verbal, de modo a facultar aos interactantes não apenas a produção de sentidos, como a fundear a própria interação como prática sociocultural.

A atividade sociocognitiva de produção de textos mobiliza dois processamentos: sistemas de conhecimentos e estratégias sociocognitivas e textuais.

Sistemas de conhecimento ativados no processamento textual: *conhecimento lingüístico*: conhecimento gramatical (organização do material lingüístico na superfície do texto; meios coesivos: remissão e seqüenciação textual) e conhecimento lexical (seleção lexical); *conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo*: é aquele que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo, pode ser do tipo declarativo (proposições a respeito dos fatos do mundo) ou do tipo episódico (os “modelos cognitivos” socioculturalmente determinados e adquiridos através da experiência); *conhecimento sócio-interacional*: é o conhecimento sobre as ações verbais, sobre as formas de interação através da linguagem; abrange os conhecimentos abaixo relacionados: conhecimento ilocucional: permite reconhecer os objetivos ou propósitos que um falante, em dada situação de interação, pretende atingir; conhecimento comunicacional: é aquele que diz respeito a normas comunicativas gerais, quantidade de informação, seleção da variante lingüística e à adequação do tipo de texto (tudo isso deve estar relacionado a uma situação concreta de comunicação); conhecimento metacomunicativo: permite ao produtor do texto evitar perturbações previsíveis na comunicação ou resolver conflitos efetivamente ocorridos (correções, reformulações etc); conhecimento superestrutural: é o conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais globais, permite reconhecer textos como exemplares de determinado gênero ou tipo; conhecimento do tipo procedural: procedimentos ou rotinas por meio dos quais esses sistemas de conhecimento se atualizam quando do processamento textual; funciona como uma espécie de “sistema de controle” dos demais sistemas, no sentido de adaptá-los ou adequá-los às necessidades dos interlocutores no momento da interação.

Estratégias de processamento textual: implicam a mobilização dos diversos sistemas de conhecimento, estão divididas em:

- a) *estratégias cognitivas*: o processamento cognitivo de um texto consiste de diferentes estratégias¹, que consistem em hipóteses operacionais eficazes sobre a estrutura e o significado de um fragmento de texto ou de um texto inteiro; por um processamento estratégico, os usuários da língua realizam simultaneamente em vários níveis passos interpretativos finalisticamente orientados, efetivos, eficientes, flexíveis, tentativos e extremamente rápidos, transformam a informação incompleta em interpretação; o uso das estratégias depende dos objetivos e do conhecimento dos falantes e ouvintes; são estratégias cognitivas: estratégias proposicionais, coerência local, macroestratégias, esquemas, estilos, retórica, recursos não-verbais, normas de conversação e inferências; as estratégias cognitivas têm a função de permitir ou facilitar o processamento textual, quer em termos de produção, quer em termos de compreensão;
- b) *estratégias sócio-interacionais*: são estratégias socioculturalmente determinadas que visam a estabelecer, manter e levar a bom termo uma interação verbal; além dos diferentes tipos de atos de fala, podemos encontrar as seguintes: preservação das faces: manifesta-se linguisticamente através de atos preparatórios, eufemismos, rodeios, mudanças de tópico e marcadores de atenuação em geral; representação positiva do “self”; negociação de uma definição da própria situação e das normas que a governam; uso de formas de polidez, construídas socialmente, em virtude dos papéis sociais dos interlocutores; atribuição de causas aos mal-entendidos;
- c) *estratégias textuais ou textualizadoras*: dizem respeito às escolhas textuais que os interlocutores realizam, desempenhando diferentes funções e tendo em vista a

produção de determinados sentidos. As funções desempenhadas são as seguintes:

c.1) *organização da informação*: referem-se à distribuição do material lingüístico na superfície textual, há dois tipos: - dado/novo, a estrutura informacional de um texto exige a presença de elementos dados e de elementos novos, é com base na informação dada, responsável pela locação do que vai ser dito no espaço cognitivo do interlocutor, que se introduz a informação nova; - articulação tema-rema, realiza-se uma segmentação (principalmente na fala), a inexistência ou redução de integração sintática permite que o falante introduza de imediato um elemento temático ou remático (tema/rema = tópico/comentário), sem que a estrutura sintática do segmento seguinte esteja planejada;

c.2) *estratégias de formulação*: dividem-se em inserção e reformulação: - inserção: tem a função de facilitar a compreensão dos interlocutores, criando coordenadas para o estabelecimento de uma estrutura referencial, de modo que o material inserido não é supérfluo, não é eliminável sem prejuízo para a compreensão; - as estratégias de reformulação são de dois tipos, retóricas ou saneadoras; a reformulação retórica se realiza através de repetições e parafraseamentos, que tem as funções de reforçar a argumentação e facilitar a compreensão, enquanto a reformulação saneadora pode ocorrer sob a forma de correções ou reparos, repetições e paráfrases, com a função de solucionar dificuldades, detectadas pelos interlocutores;

c.3) *estratégias de referenciação*: a reativação de referente no texto é realizada através de estratégias de referenciação anafórica, formando-se cadeias coesivas mais ou menos longas, os recursos de referenciação podem ser: de ordem gramatical (anáfora, catáfora, seqüenciação, conectividade) ou de natureza lexical (sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, descrições definidas e reiteração de um grupo nominal ou parte dele);

c.4) *estratégias de balanceamento do explícito/implícito*: relações entre informação textualmente *expressa e conhecimentos prévios, pressupostos como partilhados*; visto que não existem textos totalmente explícitos, o produtor de um texto precisa proceder ao “balanceamento” do que necessita ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito, por ser recuperável via inferenciação a partir das marcas ou pistas que o locutor coloca no texto ou do que é suposto por este como conhecimento partilhado pelo interlocutor.

3. TEXTO COMO INTERAÇÃO SOCIAL

Sabemos que a realização da língua se dá por sua constituição em textos e que isso não se dá fora de um grupo social. Nesse sentido, o texto não é apenas uma organização cognitivo-social, mas um trabalho de representação social entre diferentes locutores, que interagem, desde os níveis sintático-semânticos até os jogos pragmáticos de intenções e objetivos de comunicação. É mais ou menos isso que consideramos, numa perspectiva didática, uma concepção de texto como interação social, adotada por BRONCKART (1999), para quem texto é uma situação de ação de linguagem, que representa os mundos formais (físico, social e subjetivo) como contexto (ação de linguagem externa) e conteúdo temático ou referente (ação de linguagem intena). Segundo o autor, ao produzir um texto, o agente mobiliza algumas de suas representações sobre os mundos. De um lado, representações sobre os três mundos são requeridas como contexto da produção textual (qual é a situação de interação ou de comunicação na qual o agente-produtor julga se encontrar?); de outro lado, representações sobre os três mundos são requeridas como conteúdo temático ou referente (quais temas são verbalizados no texto?).

O contexto de produção pode ser definido como o conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como um texto é organizado. Há vários fatores que determinam esse contexto, que podem ser agrupados em dois conjuntos: aqueles que se referem ao mundo físico e aqueles que se referem ao mundo social e subjetivo. O texto produzido em um contexto físico pode ser definido

sob quatro parâmetros precisos: o lugar físico em que o texto é produzido, a extensão de tempo do momento de produção do texto, o emissor, ou seja, a pessoa ou máquina que produz fisicamente o texto, de modo oral ou escrito, e o receptor, ou as pessoas, que recebem fisicamente o texto. A produção de um texto, no contexto social ou subjetivo, inscreve-se no quadro das atividades de uma formação social, no quadro de interação comunicativa que implica o mundo social (normas, valores, regras etc.) e o mundo subjetivo (imagem que o agente dá de si ao agir). Essa interação comunicativa obedece a quatro parâmetros: o lugar social (em qual formação social o texto é produzido: família, escola, mídia, exército, comércio, informalidade), a posição social do emissor-enunciador (pai, professor, patrão), a posição social do receptor-destinatário (filho, aluno, empregado) e o objetivo ou objetivos da interação: qual é, do ponto de vista do enunciador, o efeito ou efeitos que o texto pode produzir no destinatário?

O conteúdo temático ou referente de um texto pode ser definido como o conjunto das informações que nele são explicitamente apresentadas, isto é, que são traduzidas no texto pelas unidades declarativas da língua natural utilizada. As informações constitutivas do conteúdo temático são representações construídas pelo agente-produtor, ou seja, conhecimentos que variam em virtude da experiência e do nível de desenvolvimento do agente e que estão estocados e organizados em sua memória, previamente, antes do desencadear da ação de linguagem. Quando uma ação de linguagem se desencadeia e um texto é produzido, esses conhecimentos são necessariamente submetidos a uma reestruturação do ponto de vista lógico e discursivo (op. cit.: p.91-98). Pelo que foi exposto, o produtor interage com o texto sob duas perspectivas: pelo lado externo, sofre coações físico-sociais e subjetivas, enquanto pelo lado interno, da organização do texto, sofre coações de sua história de vida e de leituras. Desse modo, o texto deixa de ser um conjunto de estratégias, que o falante precisa desenvolver ou aprender, e passa a ser mais um trabalho de atuação e de interação social, que cada um deve realizar, tenha ou não conhecimento. Entretanto, as duas concepções (a cognitiva e a interacional) servem ao professor de português, na medida em que desenvolvem

neste a vontade de pensar o trabalho com a linguagem como algo mais do que um simples receituário de prescrições para o aluno.

4. TEXTO COMO FORMULAÇÃO DE SENTIDOS

A análise de discurso tem tomado para si a necessidade de definir com que textos, ou com qual noção de texto, podemos caracterizar uma compreensão do sentido e para isso, tornou imprescindível a distinção de texto e discurso. Dessa forma, uma das distinções mais recorrentes é aquela que afirma ser o texto uma unidade empírica e o discurso uma unidade teórica. Acreditamos que essa distinção não recobre toda a realidade do que seja um texto ou um discurso, razão porque preocupamo-nos com diferentes concepções de discurso e de texto. Este último conceito, no entanto, sofreu modificações nas pesquisas denominadas “análise de discurso”, o que lhe dá uma especificidade dentro desse quadro teórico. Ora, já estudamos texto como um conjunto de estratégias sócio-cognitivas e no quadro de um contexto interacional, cabe-nos agora mostrar como esse conceito evoluiu nas pesquisas de análise de discurso.

O texto é definido como um processo de significação que considera os elementos do contexto situacional, é uma unidade complexa de significação, que implica as condições de sua realização (ORLANDI: 1987). Nesse primeiro momento, o texto é uma unidade significativa, onde se pode observar a linguagem, daí a distinção discurso (conceito teórico-metodológico) e texto (conceito analítico). Em seguida, analisa-se no texto não sua segmentação, mas o seu recorte – unidade discursiva relacionada à situação. O texto é o princípio que organiza tais unidades discursivas, o que se dá relacionando os recortes às suas condições de produção (a projeção dos interlocutores e da situação no discurso), o que faz com que o texto retorne à sua natureza de incompletude, sob dois aspectos: a intertextualidade (a citação, no texto, de outros textos) e o espaço intervalar (os sentidos se constituem no espaço discursivo intervalar estabelecidos entre dois ou mais interlocutores). Sob essa ótica, a unidade texto, reconstruída teoricamente, nunca se acaba, apenas o objeto empírico (a superfície

lingüística), segundo a autora, tem começo, meio e fim; um trabalho de análise de discurso resgata ao texto sua natureza de incompletude, ao referi-lo às suas condições de produção, no tocante ao seu estado de intersubjetividade e polissemia.

Eis a primeira definição que temos para texto em Análise de Discurso: uma unidade complexa de significação, que se constitui por uma incompletude ao ser referida às suas condições de produção, o que o torna um espaço de intersubjetividade e de polissemia. Essa primeira definição aproxima as concepções cognitivistas e interacionistas, comentadas nos tópicos anteriores.

Num segundo momento, texto é definido como “uma dispersão do sujeito” e tem sua constituição caracterizada como heterogênea, já que o sujeito ocupa várias posições no texto, ou seja “o texto é atravessado por várias posições do sujeito” (ORLANDI: 1988, p. 53). Essas posições do sujeito são as formações discursivas (conjunto de valores culturais e sócio-históricos que determinam os dizeres), que se manifestam em diferentes enunciados. As relações entre essas formações discursivas são de natureza diversa (confronto, sustentação mútua, exclusão, neutralidade aparente, gradação), entretanto se estabelece uma relação de dominância de uma formação discursiva sobre as outras, na constituição do texto, o que inscreve este num tipo de discurso, porque “a formação dominante que rege as diferentes posições do sujeito no texto propicia-lhe unidade” (ibidem, p.70). Sob essa ótica, o texto é o resultado da soma de enunciados diferentes (que exprimem valores diversificados), que inscrevem os sujeitos em diferentes posições dentro do texto. Essa definição de texto já indica um novo caminho para o professor, na medida em que este não poderá determinar uma interpretação *a priori* para o texto, mas terá de desconstruí-lo em seus diferentes discursos e leituras.

Poderíamos afirmar que, em AD (análise de discurso), o pesquisador se interessa não pelo texto em si, mas pelas maneiras como os sentidos se constituem nele, conforme posição de ORLANDI (1996), para quem as palavras não significam em si, é o texto que significa. Conseqüentemente, o texto é um objeto lingüístico-histórico. O texto não se relaciona com a história, empiricamente estabelecida, mas com a historicidade constituída nele: a intertextualidade, suas

condições de produção e a memória dos sentidos, a interdiscursividade. Fatores estes que determinam como os sentidos dão materialidade aos textos e como estes produzem sentidos. A autora prefere definir o texto como uma heterogeneidade quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos, dos gêneros discursivos, das posições do sujeito e das formações discursivas. A historicidade do texto constitui-se na dispersão dos textos e das formações discursivas, razão porque, para a AD, o texto é tanto o material bruto quanto o espaço signifiante, ou seja, um lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade e objeto da interpretação. O texto, sob essa perspectiva, perde sua natureza objetiva e empírica e ganha uma interpretação de objeto semântico-pragmático que se move num espaço de historicidade e em tramas de sentido, a que o sujeito não tem poder absoluto, mas apenas relativo, dependente de contextos inscritos na história desse mesmo sujeito, caracterizado como leitor e/ou autor. Segundo ORLANDI (1999), o texto é o vestígio do que podemos compreender como materialidade histórica da linguagem, já que ele não pode ser definido por sua extensão ou pela modalidade oral ou escrita, mas pelo que significa; conseqüentemente, para a AD, não interessa a organização lingüística do texto, mas como este organiza a relação significativamente histórica língua-mundo.

Ora, como foi exposto, texto se caracteriza por ser uma unidade significativa, constituído por diferentes formações discursivas na dispersão dos sujeitos, ou seja, o falante/escritor usa e produz textos a partir de posições (conhecimentos, valores, ideologias, interpretações) heterogêneas, que causam efeitos de sentido variados. Essa variação, ou “variança”, é o que constitui o texto como formulação: a possibilidade que o sujeito tem de formular, reformular, apresentar diferentes versões para um mesmo texto. Como diz Eni ORLANDI (2001), o discurso é produzido em três momentos: a constituição (a memória, o interdiscurso), a formulação (as circunstâncias da enunciação) e a circulação (a conjuntura de consolidação de sentidos). É no segundo momento que a linguagem se atualiza, os sentidos ganham interpretação e se materializam, através da textualização, passam de discurso a texto.

O discurso transforma-se em texto com marcas e vestígios específicos (materialidade), historicamente constituído e numa realidade significativa contraditória: incompleto, tensão mesmo/diferente e dispersão do sentido e do sujeito. A formulação quebra a continuidade do discurso e lhe dá uma versão, que se constitui como uma variação, uma forma textual entre muitas outras possíveis. O texto, tanto o oral quanto o escrito, traz em si suas diferentes versões, isso porque ele é uma formulação ou atualização da memória do dizer.

Desse modo, podemos repensar texto como o lugar onde o sentido se realiza historicamente, restringindo e dimensionando o discurso, enquanto formulação é a atividade textual que atualiza o discurso em textualidade, através de diferentes materialidades e variadas versões possíveis. Nesse sentido, a relação do texto com a interpretação se dá como uma compreensão de como os sentidos são produzidos no texto, o que permite analisar o controle dos sentidos que funcionam no texto bem como a divisão entre textos de semântica predeterminada pela sociedade (técnicos) e aqueles de semântica indeterminada (literários).

Segundo a autora aqui resenhada, o objetivo de quem analisa discursos deve ser verificar a política de língua que se materializa no corpo do texto, na formulação, por gestos de interpretação que textualizam o discurso. A formulação é um desses gestos, já que em AD a formulação faz com que se perceba melhor a relação entre os discursos, a historicização dos sentidos e a presença dos discursos nos sujeitos, na sociedade, na história.

Fazer dos discursos textos traz algumas conseqüências para o sujeito, entre as quais a mais importante é uma distância não preenchida entre o que se quer dizer e o que se diz efetivamente; essa distância provoca um efeito de “incompletude” no processo de textualização, visto como multiplicidade de leitura, ambigüidade, equívoco. Isso acontece porque o texto sempre pode ter outras formulações, dentro do princípio de variação, segundo o qual o texto tem regiões abertas para outros textos, deslizamentos que permitem outras possibilidades de formulação. Por outras palavras, qualquer falante sempre pode reescrever um texto de determinados lugares ou a partir de outras materialidades simbólicas, são essas reescritas

possíveis que torna o texto o espaço privilegiado onde se pode omitir discursos, posições de sujeito ou criar verdades diferentes para um mesmo fato.

Tomando como postulado que o texto organiza a discursividade, a reescrita (ou nova formulação de um texto) não é apenas do texto enquanto superfície lingüística, mas da posição significativa dos sujeitos, das circunstâncias de enunciação e memória, dos sentidos, das suas diferentes textualizações e leituras. Nessa distância entre o discurso e seus textos, há espaços para se construir nestes os sujeitos autor e leitor. As diferentes versões de um texto (com diferentes autores, leitores, sentidos e circunstâncias de enunciação) são elas mesmas diferentes formulações.

O texto, sujeito a equívocos lingüísticos e a novas textualizações (formulações, versões), é assim uma forma material que manifesta concretamente o discurso. Na medida em que é compreendido como formulação, aceita diferentes escrituras, reformulações, reescrita e se constitui no plano da enunciação e não no da constituição dos sentidos.

Segundo a autora, a variação é a base do texto ou condições da formulação, porque é através dela que o estudioso percebe as discursividades superpostas no texto (ausentes da linearização espacial do texto) e suas diferentes leituras.

A formulação da linguagem em texto (textualização) torna material e concreta, ou corporifica, a constituição dos sentidos pelo imaginário e pela ideologia: os sujeitos se fazem autor, os sentidos se tornam língua e os discursos são representados em textos. Por essa razão, a AD precisa fazer o trabalho inverso: analisar os sujeitos, os sentidos e os discursos, através de suas materialidades (autor, língua e texto). Para essa análise, vai precisar compreender a intertextualidade, as condições de historicização de produção dos sentidos em estruturas lingüísticas e a interdiscursividade. O texto é o espaço onde os sentidos, os sujeitos e os discursos funcionam, numa temporalidade própria e segundo certos processos discursivos que se textualizam como significados próprios àquele texto e não a outro.

A seguir, transcrevemos um trecho que representa mais ou menos a hipótese central da nossa concepção de texto como formulação:

“Há um longo percurso entre o interdiscurso (memória do dizer), nível de constituição do discurso, e o texto (intradiscurso), nível da sua formulação: ordem das palavras, repetições, relações de sentidos, paráfrases que diluem a linearidade mostrando que há outros discursos no discurso, que os limites são difusos, passando por mediações, por transformações, relação obrigatória ao imaginário. Um texto tem em suas margens outros textos, as famílias parafrásticas, indicando tantas outras formulações – textualizações – possíveis no mesmo sítio de significação e que se organizam em diferentes espaços significantes. Cada texto tem os vestígios da forma como a política do dizer inscreveu a memória (saber discursivo) na sua formulação. Um texto é sempre um conjunto de formulações entre outras possíveis, movimento do dizer face ao silêncio tomado aqui como horizonte discursivo, o ‘a dizer’ e não o vazio” (ORLANDI: 2001, p.90).

Entendemos texto não mais como aquela unidade fechada (de começo, meio e fim), com data, autor, suporte, mas como um jogo/trabalho de versões e reescrituras, que podem ser recuperadas em pesquisas de manuscritos, arquivos de computador, pela descoberta da intertextualidade explícita e implícita, pela interdiscursividade (implícitos, alusões, ironias etc.). Ao descobirmos as versões de um texto, estamos descobrindo também os seus sentidos, sujeitos e discursos, fim último da Análise de Discurso.

5. AS CONSEQÜÊNCIAS DESSAS CONCEPÇÕES PARA O PROFESSOR DE PORTUGUÊS

O professor de português deve trabalhar o texto em sala de aula, considerando os três caminhos aqui indicados:

1 – considerar as estratégias cognitivas e sociais constitutivas do texto, para compreender fenômenos como intenção, inferência, compreensão, significação;

2 – considerar as interações sociais representadas na relação autor/leitor, falante/ouvinte e, dessa forma, situar o aluno quanto ao seu papel ou função dentro de seu grupo social, assim como ensinar-lhe que gênero de texto usar e em qual situação;

3 – considerar a noção de formulação sob dois aspectos:

- a) a textualização discursiva (quando o texto exige do leitor o conhecimento de alguns discursos);
- b) a retextualização (quando o texto exige uma reescritura).

Abaixo, citamos um exemplo de texto que pode ser trabalhado pelo professor com as três concepções:

Elio Gaspari, Folha de S. Paulo: 14/04/02.

Eremildo, o idiota

Eremildo é um idiota. Mora numa pensão acreditando que um dia o governo vá nomeá-lo pensionista. Ele viu o ex-governador Moreira Franco dizer que requereu o pagamento de sua pensão de R\$ 9.600 (arredondado, R\$ 100 mil por ano) porque "não estou exercendo nenhum cargo público". Por idiota, Eremildo lançou o MSCP, Movimento dos Sem Cargo Público e vai oferecer a sua presidência ao doutor Moreira. Segundo o IBGE, em novembro do ano passado havia 1,2 milhão de SCP nas seis maiores regiões metropolitanas do país. Por coincidência, além de não terem cargo público, não tinham emprego algum.

Qualquer leitor pode perceber a ironia presente no texto acima, que ridiculariza sujeitos que se acostumaram a receber numerários do Estado.

Em relação à primeira concepção, o professor pode trabalhar a intenção do autor, a partir da seleção lexical e a forma de notícia do texto.

Em relação à segunda concepção, o professor pode trabalhar a interação do autor com seus leitores pela criação da sigla MSCP (Movimento dos Sem Cargo Público), numa referência irônica à política de esquerda do Brasil.

Em relação à terceira concepção, o professor pode discutir o discurso do cinismo sustentado por Eremildo, o idiota e relacionar esse discurso às posições de alguns sujeitos políticos. Pode também sugerir que o aluno reescreva o texto de uma ótica da seriedade.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Palavras incertas: as não-coinci-dências do dizer*. Campinas: Edunicamp, 1998.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ, 1999.
- FERREIRA, Maria Cristina L. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.
- GADET, F. et HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Edunicamp, 1990.
- GERALDI, J. Wanderley. Da redação à produção de textos. In: GERALDI, J.W. et CITELLI, B. (org.). *Aprender e ensinar com texto de alunos*. (v.1). São Paulo: Cortez, 2000.

KOCH, Ingedore V. *O texto e a construção de sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Edunicamp, 1988.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F. et HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Edunicamp, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Edunicamp, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.